



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 638400 - MT (2021/0000736-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**EMBARGANTE** : SILVESTRE DIONES DIAS (PRESO)  
**ADVOGADO** : PEDRO MENDES FERREIRA - MT0282560  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**EMBARGADO** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por SILVESTRE DIONES DIAS à decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, nos termos do art. 21-E, XIII, c, c/c o art. 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Sustenta a omissão desta Presidência em relação aos argumentos suscitados na petição inicial do *habeas corpus*, especialmente no que se refere à inadequação do regime prisional fixado na sentença penal condenatória e à não configuração da reincidência, bem como ao excesso de prazo no julgamento da apelação criminal interposta.

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que sejam sanados os vícios apontados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado.

Não se verifica na hipótese nenhum dos vícios passíveis de correção via recurso integrativo. Isso porque o *habeas corpus* foi indeferido liminarmente por deficiência de sua instrução, o que ensejou a própria impossibilidade de se firmar a competência desta Corte para conhecer as razões que ora são reiteradas em embargos de declaração.

Assim, diante da impossibilidade de se firmar a competência do STJ, uma vez que é pressuposto à apreciação dos temas apresentados, não há que se falar em omissão da decisão quanto a não análise desses temas.

Assim, não há nenhuma irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto a matéria interessante à solução do processo foi analisada, não

padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente